





Estabelecimentos agropecuários do Tocantins: desafios e oportunidades em um cenário de expansão agropecuária

Agricultural Establishments in Tocantins: Challenges and Opportunities in a Scenario of Agricultural Expansion


1. **Ludmila Santos Saraiva**  <https://orcid.org/0009-0007-1554-9732>

1. Universidade Federal do Tocantins  Palmas, Tocantins, Brasil


2. **Camilla Araújo Matos**  <https://orcid.org/0009-0002-2733-1195>

2. Universidade Federal do Tocantins  Palmas, Tocantins, Brasil

3. **Cleiton Silva Ferreira Milagres**  <https://orcid.org/0000-0002-5651-4292>

3. Universidade Federal do Tocantins  Palmas, Tocantins, Brasil

4. **Diego Neves de Sousa**  <https://orcid.org/0000-0003-3124-5150>

4. Universidade Federal do Tocantins  Palmas, Tocantins, Brasil

5. **Palloma Rosa Ferreira**  <https://orcid.org/0000-0001-7523-4731>

5. Universidade Federal do Tocantins  Palmas, Tocantins, Brasil

Autor de correspondência ludmilaengflorestal21@gmail.com

RESUMO

Caracterizado por sua recente expansão territorial e pelo expressivo crescimento da produção, o Tocantins apresenta um cenário singular, marcado por contrastes e desafios. De um lado, observa-se o impulsionamento da economia local e a geração de oportunidades para a população. De outro, surgem preocupações relacionadas à preservação ambiental, à justiça social e à sustentabilidade das atividades agropecuárias. Diante desse contexto, este artigo teve como objetivo analisar as características dos estabelecimentos agropecuários no estado do Tocantins, contribuindo para a compreensão e reflexão sobre as dinâmicas e desafios que os permeiam. Para a elaboração deste estudo, foram utilizados dados secundários extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Os resultados indicam que a agricultura familiar é predominante no estado, com 44.955 estabelecimentos, representando 70% do total. Os estabelecimentos agropecuários ocupam uma área de mais de 15 milhões de hectares, o que corresponde a 55% da área total do estado. Desses, 81% são destinados à agricultura não-familiar. O Tocantins se encontra em um contexto regional marcado pela expansão das fronteiras agropecuárias. Esse processo, embora tenha impulsionado o crescimento do setor, também gera impactos socioambientais negativos, como desmatamento e perda de biodiversidade.

Palavras-chave: Concentração fundiária. Atividades econômicas. Taxa de alfabetização. Organização de produtores rurais. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

Characterized by its recent territorial expansion and significant production growth, Tocantins presents a unique scenario marked by contrasts and challenges. On one hand,

there is the boost to the local economy and the generation of opportunities for the population. On the other hand, concerns arise related to environmental preservation, social justice, and the sustainability of agricultural activities. Given this context, the aim of this study was to analyze the characteristics of agricultural establishments in the state of Tocantins, contributing to the understanding and reflection on the dynamics and challenges that surround them. For this study, secondary data were used, extracted from the IBGE Automatic Recovery System (SIDRA). The results indicate that family farming is predominant in the state, with 44,955 establishments, representing 70% of the total. Agricultural establishments occupy an area of over 15 million hectares, which corresponds to 55% of the state's total area. Of these, 81% are dedicated to non-family farming. Tocantins is situated in a regional context marked by the expansion of agricultural frontiers. This process, although it has driven the growth of the agricultural sector, also generates negative socio-environmental impacts, such as deforestation and loss of biodiversity.

Keywords: Land concentration. Economic activities. Literacy rate. Organization of Rural Producers. Rural development.

Introdução

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os estabelecimentos agropecuários abrangem toda unidade de produção ou exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Dessa forma, independentemente de estar em área rural ou urbana, de sua extensão territorial (tamanho) e de sua forma jurídica, todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para subsistência do produtor e/ou sua família, ou para a venda e/ou comercialização da produção (IBGE, 2017).

As atividades exercidas nos estabelecimentos agropecuários ocasionam importantes impactos econômicos, ambientais e sociais, interligados, inclusive, à sobrevivência humana dada às necessidades de alimentação, irrigação, água potável para consumo próprio e/ou dos animais, captura de carbono, dentre outras possibilidades (Nogueira; Landmann; Damacena, 2021).

Nesse contexto, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o estado do Tocantins produziu 9,1 milhões de toneladas de grãos, como soja, milho e arroz, na safra 2024/2025 (Conab, 2025), erguendo-se, pois, como um importante polo agropecuário nacional (Fragoso; Cardoso, 2022), visto que está entre os seis maiores produtores. Em primeiro lugar aparece Mato Grosso, com produção aproximada de 111 milhões de toneladas, com liderança em soja e milho. Em segundo lugar o Estado do Paraná, com cerca de 45 mil toneladas, produzindo sobretudo soja,

milho e trigo. Na sequência Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com produção estimada, respetivamente de 37, 35 e 18 milhões de toneladas (Conab, 2025).

Caracterizado por sua recente expansão da fronteira agrícola e pelo expressivo crescimento da produção, o Tocantins apresenta um cenário singular, marcado por contrastes e desafios. De um lado, observa-se o impulsionamento da economia local e a geração de oportunidades para a população. Do outro, surgem preocupações relacionadas à preservação ambiental, à justiça social e à sustentabilidade das atividades agropecuárias (Fragoso; Cardoso, 2022).

O presente estudo teve como foco o Tocantins, estado mais jovem do Brasil, que está localizado na região Norte, dentro do território da Amazônia Legal, além de estar inserido no Matopiba, que também é composto pelos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, considerada principal e última fronteira agrícola contemporânea do país.

O contexto histórico de formação do estado do Tocantins se estabelece, de modo especial, a partir das décadas de 1970 e 1980, mediante expansão da fronteira agrícola, em direção ao cerrado brasileiro. Alguns aspectos foram determinantes nessa direção, como incentivos governamentais; abertura de rodovias, como a BR-153; políticas de integração nacional e programas de modernização agrícola, estimulando a ocupação produtiva da região. Na ocasião, o Tocantins passou a receber migrantes, produtores rurais e empresas do agronegócio, especialmente interessados na produção de soja, milho e pecuária moderna. Nesse cenário, ocorre a criação do estado do Tocantins, em 1988, a partir da divisão do norte de Goiás. O novo estado passou a implementar políticas voltadas ao desenvolvimento agropecuário, à infraestrutura logística e à atração de investimentos. A expansão agrícola intensificou-se principalmente nas regiões sul e centro do estado, integrando o Tocantins à dinâmica do Matopiba (Reinaldo, 2023).

O Tocantins possui uma área de 277 mil km², sendo o 10º maior estado em território do país e têm em torno de 1,5 milhões de habitantes. A economia é fortemente ancorada na agropecuária, especialmente na produção de soja, milho e pecuária bovina, destinadas sobretudo, as exportações. O Tocantins também se destaca pelo potencial turístico e ambiental, com áreas como o Parque Estadual do Jalapão e a

Ilha do Bananal, além de apresentar crescimento econômico impulsionado pela expansão agrícola, infraestrutura logística e modernização produtiva. Em 2023, segundo dados do IBGE, apresentou PIB total de aproximadamente R\$ 64,3 bilhões, correspondente a cerca de 0,6% da economia brasileira (IBGE, 2023).

É nesse panorama que a análise das características dos estabelecimentos agropecuários do estado se torna importante, para identificar se existe de fato evolução no contexto regional e identificar demandas significativas para a proposição de ações de desenvolvimento rural. Por meio de aspectos como a propriedade da terra, a área ocupada pelos estabelecimentos, a taxa de alfabetização e o nível de organização coletiva, é possível obter um retrato da realidade dos diferentes grupos de agricultores do estado. Essa análise detalhada tem relevância para a formulação de políticas públicas eficazes, assertivas e direcionadas, capazes de promover o desenvolvimento rural sustentável dos estabelecimentos agropecuários no Tocantins, com justiça social e preservação ambiental, tanto familiar quanto patronal.

Compreender as nuances da realidade socioeconômica dos estabelecimentos agropecuários do Tocantins é fundamental para a construção de um futuro próspero e sustentável para o Estado. Isto posto, este trabalho teve como objetivo analisar as características dos estabelecimentos agropecuários no estado do Tocantins, buscando contribuir para a compreensão e reflexão das dinâmicas e dos desafios que os permeiam. Nesse contexto, se apresenta o seguinte problema de pesquisa: Como as características estruturais, produtivas e socioeconômicas dos estabelecimentos agropecuários do Tocantins influenciam as dinâmicas de desenvolvimento rural no estado, considerando os desafios e as oportunidades geradas pela expansão agropecuária?

O artigo está estruturado em cinco sessões, além dessa introdução, na sequência é apresentada a trajetória de concentração fundiária no Brasil, que aborda os processos históricos de formação da estrutura agrária brasileira e seus impactos sociais, econômicos e territoriais. Posteriormente, a contextualização da agricultura nacional, discute a agricultura brasileira familiar e não familiar e a importância do direcionamento de políticas públicas para o setor. A metodologia descreve os procedimentos e

instrumentos utilizados para a realização da pesquisa e análise dos dados. Na discussão dos resultados, são apresentadas e interpretadas as principais características dos estabelecimentos agropecuários do Tocantins, evidenciando desafios e oportunidades relacionados à expansão agropecuária. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados do estudo, destacando reflexões acerca das transformações no espaço rural tocantinense e das perspectivas para o desenvolvimento agropecuário estadual.

A trajetória da concentração fundiária no Brasil e seus impactos na agricultura

Toda a configuração territorial brasileira é marcada por um processo de concentração de terras, nas mãos das elites rurais (Ribeiro; Oliveira, 2015). Esse processo histórico teve início com as Sesmarias, extintas apenas em 1822, quando a Coroa Portuguesa concedeu vastas extensões de terra, a indivíduos considerados capazes de explorá-las (Silva, 2008). Essa capacidade, no entanto, não se limitava ao prestígio político, mas exigia poderio financeiro para arcar com os custos da exploração, o que, na prática, significava a utilização de mão de obra escrava (Zeneratti, 2021).

As sesmarias, por sua vez, era um sistema que normatizava a distribuição de terras pela Coroa portuguesa, destinada à produção agrícola no Brasil, todavia, esta foi ineficaz para regular o uso da terra (Ribeiro; Oliveira, 2015). A vastidão do território, a diversidade cultural e a falta de mecanismos de controle efetivo da ocupação do solo, resultaram em um caos fundiário e, na formação de extensos e excludentes latifúndios, produtivos e improdutivos.

A Lei nº 601, de 1850, mais conhecida como Lei de Terras, representou um marco histórico na reconfiguração do regime jurídico de propriedade fundiária brasileira (Zeneratti, 2021). Ao instituir um novo ordenamento legal para as “terras devolutas do Império”, a referida legislação sedimentou a terra como mercadoria passível de negociação, por aqueles que podiam pagar por ela (Brasil, 1850).

No entanto, essa mercantilização da terra, impôs um conjunto de exigências para a validação das posses, pré-existentes à lei. A regularização exigia medições, registro e pagamento de encargos, a fim de que os ocupantes obtivessem títulos de propriedade

emitidos pelo Estado (vide Arts. 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 13, 14, 15 e 16 da Lei nº 601, de 1850). Tais requisitos se configuravam como obstáculos para a população mais pobre, que se via impossibilitada de cumprir as formalidades legais e, conseqüentemente, de acessar a titularidade formal da terra, que não era reconhecida por meio da posse (Martins, 2010).

Esse histórico de concentração de grandes porções de terras, nas mãos de um diminuto quantitativo de pessoas, por consequência, também atingiu o estado do Tocantins, o mais novo da federação brasileira, criado com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O Tocantins, até 1988, pertencia ao território do estado de Goiás, sendo localizado, à época, ao norte do referido ente federativo (Bazzoli, 2019). Segundo Santos et al. (2023), essa desigualdade de distribuição de terras no Tocantins, pertencente à nova fronteira agrícola denominada Matopiba, localizada entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, é resultado tanto do processo de colonização do país, que fortaleceu grupos hegemônicos, como também consequência da construção histórica desta própria fronteira agrícola, como um local de crescimento do agronegócio, sustentado pelos interesses de produtores/grupos, nacionais e estrangeiros, mais capitalizados (Soares, 2009).

Variados são os problemas que a concentração de terras ocasiona, dentre os quais, o fomento das disparidades sociais e regionais, sobretudo para os públicos da agricultura familiar, uma vez que, sem acesso à terra e à renda, os pequenos agricultores não podem ampliar sua produção, tampouco investir em novas tecnologias e alcançar melhores condições de vida, refletindo-se, também, no êxodo rural (Santos et al., 2023).

Além da dificuldade do acesso à terra, Santos et al. (2023), salientam o problema ambiental relacionado ao uso de defensivos agrícolas e ao uso exacerbado da água potável para irrigação, que são práticas comuns da produção agrícola, em escala comercial. Ademais, os conflitos relacionados à terra podem impactar a segurança alimentar da região, chegando a limitar o potencial agrícola do estado (Santos et al., 2023).

Contextualização da agricultura nacional

A agricultura e a pecuária estão entre as atividades econômicas mais indispensáveis para a sobrevivência humana, uma vez que funcionam como significativa fonte de produção de alimentos e matérias-primas em geral, além de gerar emprego e renda para a população (Buainain; Garcia; Vieira Filho, 2017). Com o passar do tempo e o avanço no acesso as tecnologias, às práticas agropecuárias foram fragmentadas em diferentes modelos, o que resultou numa variedade de padrões de produção, de acordo com o perfil e realidade de cada agricultor (Telles; Righetto, 2019; Picolotto, 2014). Dentre estes modelos se destacam a agricultura patronal e a agricultura familiar (Picolotto, 2014).

Quando se trata de agronegócio, o Brasil ocupa uma posição de destaque no cenário mundial, liderando a produção e exportação de diversos produtos do setor alimentício (Maranhão; Vieira Filho, 2016). A exportação dos produtos produzidos no Brasil é predominantemente responsabilidade da agricultura empresarial, enquanto o abastecimento do mercado interno é majoritariamente atendido pela agricultura familiar (Aquino; Gazolla; Schneider, 2018).

Caracterizada pela participação ativa da família em todas as etapas da produção, a agricultura familiar é responsável por parte expressiva do abastecimento local e regional, o que se tornou foco de políticas públicas, devido seu papel em pautas como segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento rural e resiliência climática (Picolotto, 2014). Isso porque, o modo de produção familiar tende a impactar menos o meio ambiente e o clima e, se gerenciado da maneira correta, se mostra uma atividade promissora para o desenvolvimento rural (Sousa, 2020).

Porém, as atividades agropecuárias no Brasil enfrentam diversos desafios, tais como: disparidades entre grandes produtores e pequenos agricultores no acesso à terra; concentração de renda nas mãos dos atravessadores, que revendem os produtos; erosão; desmatamento; uso excessivo de agrotóxico; eventos climáticos extremos, decorrentes das mudanças climáticas; êxodo rural e dificuldades na sucessão familiar (Aquino; Gazolla; Schneider, 2018; Arruda; Araujo, 2019).

Esses desafios são ainda mais graves nos estados da Amazônia Legal, que historicamente vem padecendo com a expansão das fronteiras agrícolas. Embora essa expansão tenha impulsionado o crescimento do setor agropecuário, não se pode deixar de citar os impactos negativos do setor. Indicadores apontam que entre 2020 a 2024, a região da Amazônia legal perdeu 5.895.301 hectares de vegetação nativa (MapBiomas, 2024). Por sua vez, a região do Matopiba responde pela maior parte da perda da vegetação nativa do país, aproximadamente 47% (MapBiomas, 2024), além dos constantes conflitos por terra, entre comunidades indígenas, tradicionais e produtores rurais em geral (Vespucc, 2018; Mello; Artaxo, 2017).

Sabe-se que o Brasil tem apresentado uma importante evolução, em relação a implementação de políticas públicas para grandes, médios e, principalmente, pequenos produtores rurais (Picolotto, 2014). Entretanto, para alcançar o tão almejado desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo, é necessário mais do que políticas públicas. Esse objetivo exige um esforço conjunto e a participação ativa do governo, das organizações da sociedade civil e do setor privado. É fundamental analisar as demandas e peculiaridades de cada localidade, a fim de atender às necessidades de cada região de maneira personalizada. (Grisa; Schneider, 2014).

Metodologia

Os aspectos metodológicos utilizados neste trabalho seguem o padrão de pesquisa descritiva, segundo abordado por Gil (2002). Para elaboração deste trabalho foram utilizados dados secundários, extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), um banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que contém tabelas de dados agregados das pesquisas nacionais realizadas pelo órgão. Para obtenção dos dados, ao acessar o acervo do SIDRA, foram utilizados os seguintes filtros: Censo agropecuário; características dos estabelecimentos agropecuários e características dos produtores agropecuários. As tabelas de dados agregados utilizadas dentro do SIDRA foram:

-
- Tabela 6878 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica, sexo do produtor, idade e condição do produtor, em relação às terras;
 - Tabela 2204 - Número de estabelecimentos agropecuários, se de agricultura familiar e não familiar, e área dos estabelecimentos, por condição legal das terras, condição do produtor em relação às terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total;
 - Tabela 845 - Número de estabelecimentos agropecuários por tipo de prática agrícola utilizada, condição do produtor em relação às terras, nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento, orientação técnica, grupos de área total e tempo em que o produtor dirige o estabelecimento;
 - Tabela 308 - Número de estabelecimentos por condição legal das terras e condição do produtor em relação às terras;
 - Tabela 280 - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por condição dos produtores - série histórica;
 - Tabela 6848 - Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, uso de adubação, condição do produtor em relação às terras, associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe, origem da orientação técnica recebida e grupos de área total.

Foram utilizados dados coletados dos censos de 1995, 2006 e 2017. De acordo com IBGE¹ (2024), os dados datados como 2017, foram atualizados em 2020. Com isso, este estudo focou em analisar sete fatores estratégicos: o número de estabelecimentos de agricultura familiar e não-familiar; o número de agricultores que tem propriedade da terra; a área ocupada pelos estabelecimentos familiares e não-familiares; as principais atividades econômicas e os principais produtos produzidos pelos agricultores; o nível de alfabetização dos agricultores e o nível de organização social em termos de cooperativas e/ou outras entidades de classe. Os dados obtidos no IBGE foram transferidos para uma planilha do Excel para tabulação e elaboração dos gráficos, a fim de analisá-los por meio de categorias.

¹ Os censos são fontes de dados não contínuas, ou seja, capturam informações de determinado ano.

Discussão dos resultados

O retrato dos estabelecimentos agropecuários do Tocantins é compatível com o cenário nacional em alguns aspectos, em relação a realidade socioeconômica dos agricultores familiares e não familiares quanto à posse da terra, quantidade de área ocupada, taxa de alfabetização, associação dos produtores junto à cooperativas e/ou a entidades de classe.

Essa compreensão é fundamental para o direcionamento de ações que promovam a inclusão produtiva, o acesso à educação, ao serviço de extensão rural e à capacitação, além de políticas públicas que facilitem o acesso à terra e ao crédito, principalmente, para o contexto dos agricultores familiares.

Atualmente o Tocantins possui cerca de 63.808 estabelecimentos agropecuários familiares e não-familiares. Os dados expressos na Tabela 1 demonstram o crescimento do número de estabelecimentos agropecuários no estado do Tocantins, no período de 1995 a 2017, destaque para o período de 1995 a 2006, que apresentou crescimento de 26%.

Tabela 1 - Quantidade de estabelecimentos agropecuários e percentual de aumento ao longo dos anos.

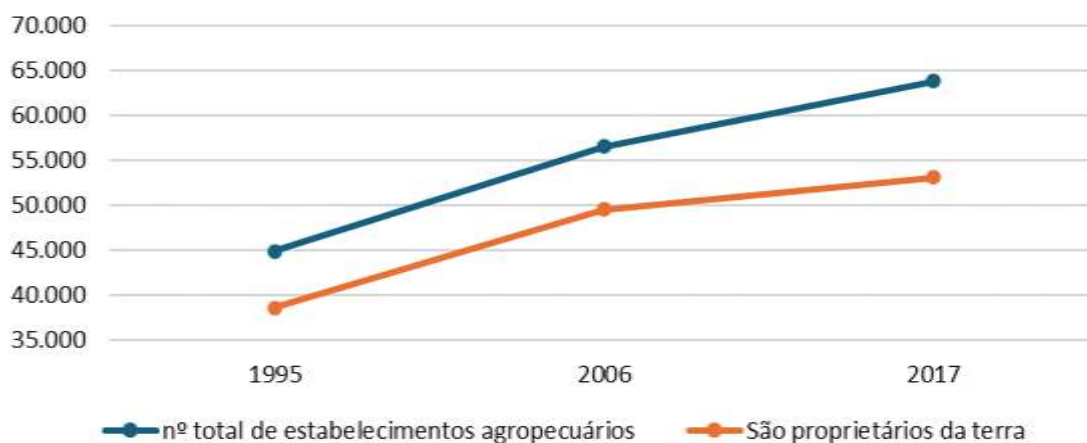
Ano	Quantidade de estabelecimentos	Percentual de aumento
1995	44.913	-
2006	56.567	26%
2017	63.808	12,8%

Fonte: Sidra (2024).

Com relação a quantidade de produtores com posse da terra, nos dados de 2017, verificou-se que 53.090 se declaram como proprietários da terra, o que corresponde a 83% do número total de estabelecimentos. A relação entre o número total de estabelecimentos e o número de proprietários da terra, ao longo dos anos, pode ser observado na Figura 1. De todo modo, esta relação ocorreu de certa forma, proporcional no período analisado. Percebe-se, contudo, um deslocamento das curvas,

no ano de 2017, demonstrando que o aumento do número de estabelecimentos agropecuários foi relativamente superior ao de proprietários de terras.

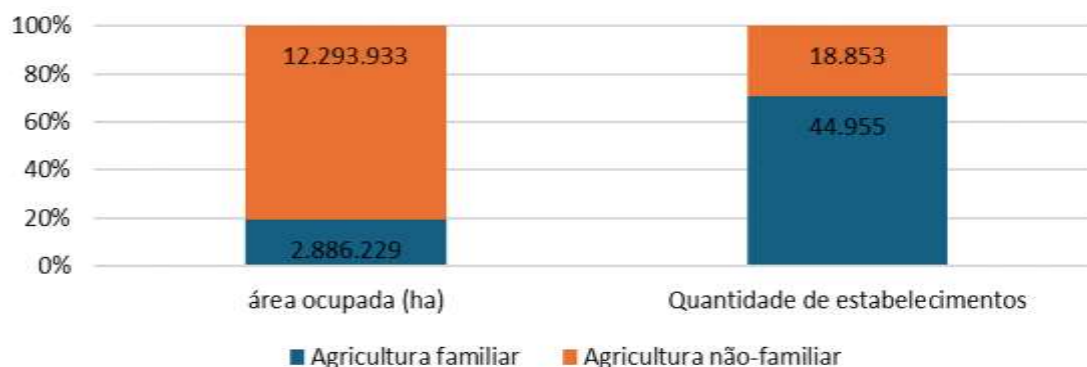
Figura 1 - Relação entre o número total de estabelecimentos e o número de proprietários da terra



Fonte: Sidra (2024).

A agricultura familiar é predominante no estado, com 44.955 estabelecimentos pertencendo a essa categoria, correspondendo a 70% do valor total, no entanto, esta categoria não ocupa a maior parte das terras.

Figura 2 - Número de estabelecimentos familiares e não-familiares e área ocupada por cada categoria.

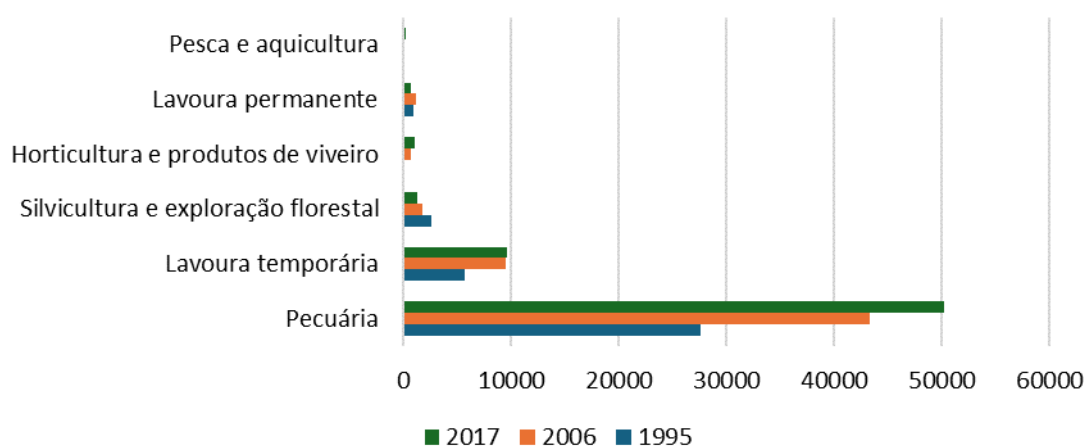


Fonte: Sidra (2024).

Os estabelecimentos agropecuários ocupam uma área de 15.180.162 hectares, correspondendo a 55% da área total do estado. Desses, 81% pertencem à agricultura não-familiar. A Figura 2 apresenta a relação entre o número de estabelecimentos familiares e não-familiares e a área ocupada por cada categoria.

Em todos os anos analisados observou-se que a maioria dos estabelecimentos tem como atividade econômica principal a pecuária, seguida pela lavoura temporária, conforme ilustra a Figura 3.

Figura 3 - Principais atividades econômicas dos estabelecimentos agropecuários



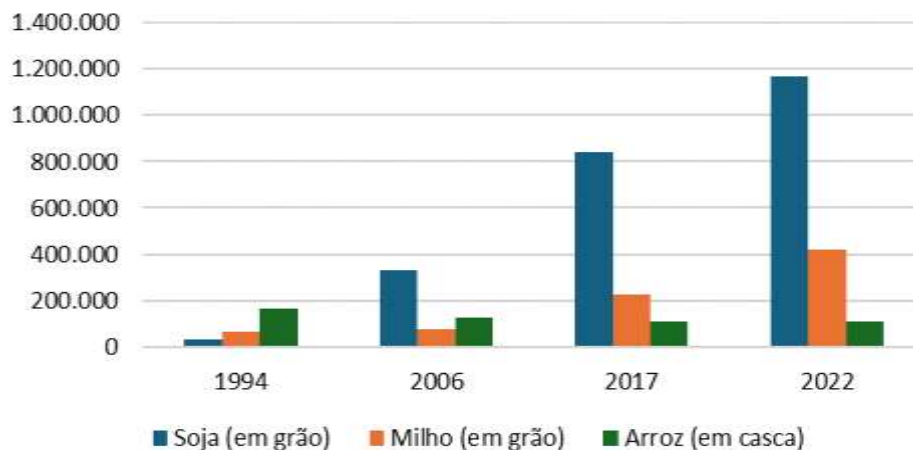
Fonte: Sidra (2024).

Dos cultivos agrícolas, os três principais produtos são soja, milho e arroz. Nos últimos 20 anos, o cultivo de soja na região aumentou consideravelmente, conforme apresentado na Figura 4. Além disso, dos 1.885.158 hectares destinados à agricultura, a soja ocupou 1.167.122 hectares, cerca de 61,9% da área total.

De acordo com o MapBiomas (2024), em 2023, o desmatamento no Tocantins teve aumento de 177%, sendo o terceiro maior estado a promover o desmatamento no Brasil. Considerando os dados apresentados, é possível observar uma forte correlação entre o crescimento do desmatamento no estado e a expansão da atividade agropecuária não-familiar. Visto que detém a maior parte das terras e geralmente se caracteriza pelos monocultivos e práticas intensivas, com priorização da agricultura em larga escala demandando a abertura de novas áreas, conforme estudos realizados por Favareto (2019) e Santos (2020). A concentração de terras nas mãos da agricultura não-

familiar também explica a predominância da pecuária como principal atividade econômica e o alto índice de produção de grãos exportáveis (Cerqueira et al., 2022).

Figura 4 - Principais produtos produzidos no estado do Tocantins

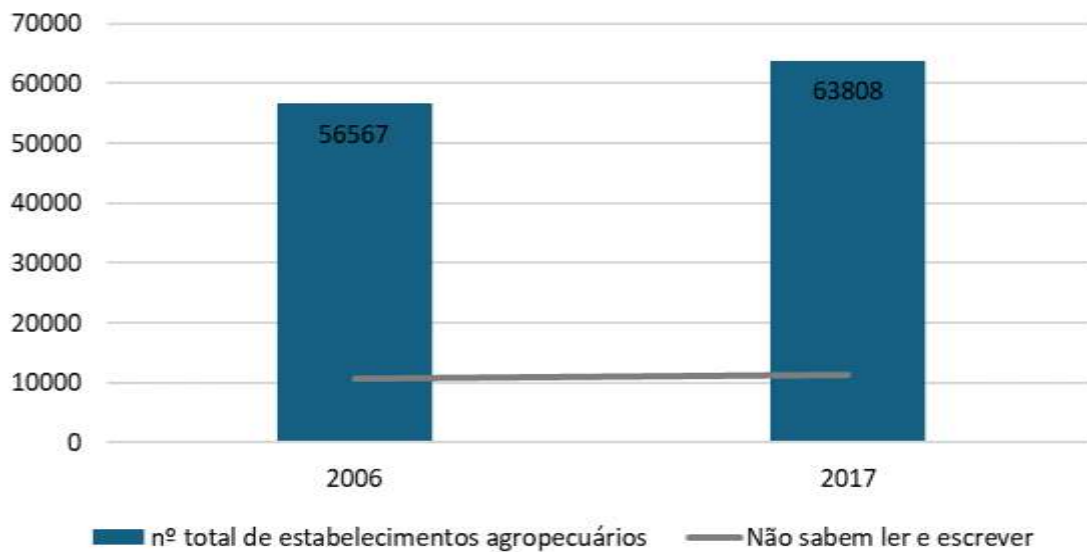


Fonte: Sidra (2024).

No que diz respeito à taxa de alfabetização entre os agricultores, observou-se que 18% não sabem ler e escrever. Esta baixa taxa de analfabetismo demonstra um potencial significativo para o desenvolvimento de habilidades técnicas, de gestão profissionalizada e comercialização entre os agricultores, especialmente os de base familiar, conforme dados apresentados no Gráfico 5.

Ferraro (2012), em um estudo sobre a alfabetização rural no Brasil, argumenta que o latifúndio, sistema de concentração de terras em poucas mãos, foi um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da educação no meio rural. O autor critica a narrativa histórica que culpa o analfabetismo pelo subdesenvolvimento do país, ignorando o papel do latifúndio como causa fundamental desse problema. De acordo com o estudo, no final do século XIX, essa narrativa foi utilizada para justificar a retirada do direito ao voto dos analfabetos, uma medida que visava manter o controle político nas mãos das elites latifundiárias. O autor explica, ainda, que a educação popular não era vista como um investimento necessário, pois a economia baseada no latifúndio e na escravidão dependia de uma massa de trabalhadores analfabetos e submissos.

Gráfico 5 - Relação do número total de agricultores com o nível de alfabetização



Fonte: Sidra (2024).

Assim, por meio do estudo de Ferraro (2012) identificou-se que o Brasil entrou no século XXI com o dobro de analfabetos que havia no final do Brasil império, sendo registrado, um número duas vezes maior de analfabetos no meio urbano do que no meio rural. De acordo com o autor, esse fato deve-se ao avanço da industrialização, que promoveu a migração massiva das populações do campo para cidade. Com isso, a cidade passou a reivindicar o investimento na educação das pessoas do campo, visto que o crescente número de analfabetos migrando para a cidade, representou significativo obstáculo para o desenvolvimento industrial (Ferraro, 2012). Outros dados dos estudos apontam que a filiação dos agricultores por meio de cooperativas, associações e/ou a entidades de classes, precisa ser fortalecida, pois a grande maioria não estão organizados coletivamente, conforme dados apresentados na Tabela 2, sendo que 87,6% são da agricultura patronal e 79,9% são da agricultura familiar. Segundo Sousa (2021), os agricultores inseridos em organizações coletivas tendem a ter melhores condições de acesso às políticas públicas. Essas políticas geralmente alcançam os agricultores familiares mais organizados, pois eles recebem informações direcionadas e contam com assessoria especializada, principalmente da extensão rural, para atingir seus objetivos em termos de produtividade e comercialização.

Tabela 2 - Filiação dos agricultores a cooperativas e/ou entidades de classe

	Agricultura patronal	Agricultura familiar	Total
Total	18853	44955	63808
Não é associado	16514	35911	52425
%	87,6%	79,9%	82,2%

Fonte: IBGE (2024).

Um estudo realizado por Ramos e Vieira Filho (2023) revelou que as organizações coletivas de agricultores têm contribuições significativas para o aumento da produção agropecuária de menor porte no Brasil. Segundo o estudo, o simples fato de um estabelecimento ser cooperado ou associado minimiza a ineficiência produtiva e tem impactos positivos no valor da produção. Em contrapartida, Freitas, Ferreira e Freitas (2019) afirmam que organizações criadas por motivos puramente legais e burocráticos, sem conexão comunitária, dependem de agentes externos para se manterem operantes e para acessar programas do governo. Portanto, antes de se organizarem formalmente, é importante que os atores criem uma base social forte, já que o engajamento comunitário é essencial para que as organizações coletivas tornem mais autônomas, resilientes e capazes de alcançar impacto positivo na comunidade.

Considerações finais

O estado do Tocantins se encontra em um contexto regional marcado pela expansão das fronteiras agropecuárias. Esse processo, embora tenha impulsionado o crescimento do setor agropecuário, também gera impactos socioambientais negativos, como desmatamento e perda de biodiversidade.

Embora a agricultura familiar não ocupe a maior parcela das terras, ela desempenha papel fundamental na dinamização da economia local devido ao elevado número de estabelecimentos inseridos nessa categoria. Quando adequadamente apoiado, esse segmento promove diversos benefícios sociais, econômicos e ambientais, contribuindo para a segurança alimentar, a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico. Além de assegurar o acesso da população a alimentos saudáveis, o

fortalecimento da agricultura familiar estimula o crescimento econômico regional e favorece a preservação ambiental por meio de práticas produtivas mais sustentáveis.

Diante disso, é fundamental a proposição de ações que coloquem o foco no agricultor familiar, promovendo sua inclusão produtiva e garantindo acesso à terra regularizada. É necessário criar e fortalecer programas de inclusão produtiva, além de assegurar a ampla divulgação entre os agricultores familiares. Isso permitirá que esses agricultores conheçam os programas disponíveis e aprendam a acessá-los de maneira eficaz, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável e a autonomia das comunidades rurais.

O Tocantins precisa de mais ações que incentivem os pequenos produtores a trabalhar de forma coletiva, aderindo a modelos econômicos que os tornem competitivos em termos de mercado, como o cooperativismo/associativismo e os arranjos produtivos locais (APLs).

A desigualdade na distribuição de terras para os agricultores familiares é um problema complexo, enraizado pelo contexto histórico de distribuição de terra, com profunda ligação com a trajetória da reforma agrária no país. Apesar dos avanços legais e da mobilização social, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir o acesso à terra e a justiça social para os cidadãos do campo.

Considerando o expressivo número de agricultores alfabetizados, é importante a implementação de programas de formação e educação continuada para este público, para que assim possam ampliar suas habilidades de gestão profissionalizada e de produção, no qual inclui cursos e treinamentos focados em técnicas agrícolas modernas, gestão de propriedades e práticas sustentáveis.

Referências

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, p. 123-142, 2018.

ARRUDA, Rafael Vinícius; ARAÚJO, Victória. A agricultura familiar e as causas que geram o êxodo rural. **Enciclopédia Biosfera**, v. 16, n. 29, p. 01–16, 2019.

BAZZOLI, João Aparecido. **Palmas em foco: contradições de uma cidade planejada.** Palmas: EDUFT, 2019. Disponível em: <https://sites.google.com/view/palmasemfoco/livro>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.

BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Dinâmica da economia e da agropecuária no Matopiba.** Texto para discussão, 2017. Disponível: <<https://www.econstor.eu/handle/10419/177499>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CERQUEIRA, C. A. D., JESUS, C. M. D., FERRAZ, M. I. F., SANTOS, L. F. D., & SOARES, N. S. **A relação entre produção agropecuária, estrutura fundiária e características socioeconômicas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (MATOPIBA) antes e após a sua institucionalização.** 2022. Disponível em: <<https://l1nq.com/RvzNs>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira de grãos, Brasília, DF, v. 13, safra 2025/26, n. 1, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safra/safra-de-graos/boletim-da-safra-de-graos/1o-levantamento-safra-2025-26/e-book_boletim-de-safra-1o-levantamento_2025.pdf. Acesso em: 29 mai. 2026.

FAVARETO, A., VAHDAT, V. S., FAVARÃO, C., FERNANDES, B. **Relatório Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano 2022.** Disponível em: https://cebrapsustentabilidade.org/assets/files/Relatorio_Inc_Produtiva_AF_05.pdf. Acesso em 15 jun. 2024.

FAVARETO, Arilson. **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado.** São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.

FERRARO, Alceu Ravello. Alfabetização rural no Brasil na perspectiva das relações campo-cidade e de gênero. **Educação & Realidade**, v. 37, p. 943-967, 2012.

FRAGOSO, Daniel de Brito; CARDOSO, Expedito Alves. Expansão da Agricultura no Estado do Tocantins. In: COLLICCHIO, Erich; ROCHA, Humberto Ribeiro da. (org.). **Agricultura e Mudanças do Clima no Estado do Tocantins: Vulnerabilidades, Projeções e Desenvolvimento.** Palmas: EDUFT, 2022, cap. 2, p. 51-65.

FREITAS, Alan Ferreira de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; FREITAS, Alair Ferreira de. A Trajetória das Organizações de Agricultores Familiares e a Implementação de Políticas

Públicas: um estudo de dois casos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 9-28, 2019.

GAZOLLA, Marcio; AQUINO, Joacir Rufino de. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 427-460, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2002.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2 ed. [s.l]. 2020. 321 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/#/home>. Acesso em 30 mai. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**: O Censo Agropecuário será realizado em todos os estabelecimentos agropecuários situados no território nacional. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/coleta-censo-agro-2017/estabelecimentos-censo-agro-2017.html#:~:text=Este%20tipo%20de%20estabelecimento%20abrange,atividades%20agropecu%C3%A1rias%2C%20florestais%20e%20aqu%C3%ADcolas>.

MAPBIOMAS. **RAD 2023**: Matopiba passa a Amazônia e assume a liderança do desmatamento no Brasil. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/05/28/matopiba-passa-a-amazonia-e-assume-a-lideranca-do-desmatamento-no-brasil/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

MARANHÃO, Rebecca Lima Albuquerque; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **A dinâmica do crescimento das exportações do agronegócio brasileiro**. Texto para Discussão, 2016.

MARTINS, J. S. **O Cativeiro da Terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MELLO, Natália Girão Rodrigues de; ARTAXO, Paulo. Evolução do plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 66, p. 108-129, 2017.

NIEDERLE, Paulo André. **Afinal, que inclusão produtiva?** A contribuição dos novos mercados alimentares. In: Guilherme Costa Delgado, Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira. (Org.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. 1ed. Brasília: NEAD, 2017, v. 1, p. 166-194. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/186273/001083543.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

NOGUEIRA, Fernanda de Albuquerque Melo; LANDMANN, Celia Szwarcwald; DAMACENA, Giseli Nogueira. Condições de vida, trabalho e acesso aos serviços de saúde em trabalhadores agrícolas e não agrícolas, Brasil, 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5187-5200, out. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.21312019>

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.

RAMOS, Érica Basílio Tavares; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Desenvolvimento regional da agricultura familiar: Cooperativismo e associativismo. **Revista Brasileira de Economia**, v. 77, p. e052023, 2023.

REINALDO, Thayssllorranny Batista. **Território, fronteira, campesinato**: expansão da fronteira agrícola e resistência camponesa no norte do Tocantins, Brasil. 2023. 324 f. il. color. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Orientadora: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.

RIBEIRO, Carolina Silva; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Poder político e propriedade da terra no território do Velho Chico, Bahia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 17, p. 179–207, maio 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-335220151707>.

SANTOS, Laís Freitas dos; CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira; JESUS, Clesio Marcelino de. Estrutura fundiária do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (MATOPIBA): O índice de GINI TERRAS nos anos 2000. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 24, n. 92, abr./2023, p. 42-56. DOI: <http://doi.org/10.14393/RCG249262813>.

SANTOS, Roberto Souza. (Des)envolvimento regional, fronteira e o espaço do agronegócio no Tocantins: crescimento econômico sem distribuição de renda. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 3-35, 2020.

SIDRA. **Sistema IBGE de recuperação automática**. 2024. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>>. Acesso em: 27. Abr 2024.

SILVA, Ligia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

SOUSA, Diego Neves de. A inclusão dos diferentes segmentos da agricultura familiar nas políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto do estado do Tocantins. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, p. 378-403, 2021.

SOUSA, Diego Neves de. **Os mercados institucionais e suas possibilidades para combate à pobreza rural e inclusão produtiva.** Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional, v. 18, p. 125-141, 2021. DOI <https://doi.org/10.26767/2028>.

SOUSA, Diego Neves de. **Os novos mercados e sua contribuição para a inclusão produtiva dos agricultores familiares no Tocantins.** Redes (Santa Cruz do Sul), v. 25, p. 2171-2184, 2020. DOI <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15165>.

TELLES, Tiago Santos; RIGHETTO, Ana Julia. **Crescimento da agropecuária e sustentabilidade ambiental.** Diagnóstico e desafios da agricultura brasileira. Editora: IPEA, p. 89, 2019.

VESPUCC, I. L., BITTENCOURT, B., MORAES, M., RODRIGUES, V., & FERREIRA, M. E. **Agricultura na Amazônia legal e sua relação com a expansão dos desmatamentos:** uma análise a partir dos dados agropecuários de 2010 a 2016. Enciclopédia Biosfera, v. 15, n. 27, 2018.

ZENERATTI, Fábio Luiz. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. **Revista Katálisis**, v. 24, n. 3, p. 564–575, set. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79558>.

Recebido: 21/08/2024 Publicado: 04/06/2026

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito